



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**Universidade Corporativa - UNICORP**  
**Escola Superior de Magistrados e Servidores - MASB**

**PROCESSO Nº: TJ-ADM-2021/18016**

**DESPACHO**

Vistos.

Trata-se de Processo Administrativo instaurado para atender a demanda contida no **PA n. TJ-ADM-2020/28470**, em trâmite no SIGA, inaugurado pelo **Ofício n. 29/2020**, firmado pela Excelentíssima Desembargadora Nágila Maria Sales Brito, Presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar desta Corte Estadual. Foi destacado no aludido processo a importância da referida capacitação, que atende à **Resolução CNJ n. 300/2019**, que acrescentou os artigos 28-A e 28-B à **Resolução CNJ n. 225/2016**, que trata sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, bem como à **Resolução TJBA n. 17/2015**, que dispõe sobre o Núcleo de Justiça Restaurativa - NJR de Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado da Bahia e seu âmbito de atuação.

No presente processo, consta o **Ofício n. 521/2021/UNICORP** da lavra da Excelentíssima Juíza Coordenadora-Geral da UNICORP e MASB, Dra. Rita de Cássia Ramos de Carvalho, em que submete à apreciação deste Diretor-Geral a proposta de contratação da Formadora Laryssa Angélica Copack Muniz, CPF n. 016.067.239-28, para prestação de serviço destinado à realização de **aula específica** na Ação de Capacitação e Treinamento nominada "**Curso de Planejamento, Gestão e Aplicações de Justiça Restaurativa no Âmbito da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**", na modalidade a distância, com carga horária total de **24 horas/aula**, que ocorrerá durante o período de 01/06 a 10/06/2021, consoante detalhado no Plano de Curso elaborado por esta Universidade.

Acompanha, ainda, tabela de cálculo elaborada pelos Assessores financeiros da UNICORP (fls. 101).

Isto posto, na qualidade de Diretor-Geral da UNICORP e MASB, designado pelo Decreto Judiciário n. 91, de 05 de fevereiro de 2020, amparado em rol de competências previsto /wabf /tsa





nos arts. 42 e 44 do Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça (Anexo à Resolução n. 05 de março de 2013) e à vista das atribuições a mim conferidas pelo art. 4º do Regimento Interno da MASB (anexo à Resolução n. 5, de 21 de julho de 2010, alterada conforme Resolução n. 19, de outubro de 2019), **passo a examinar o pedido.**

O Ofício da Ilustre Juíza Coordenadora-Geral da UNICORP, Dra. Rita de Cássia Ramos de Carvalho, indicou os dispositivos normativos vigentes e aplicáveis ao caso, oriundos deste Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Após análise de toda a documentação anexa ao presente processo administrativo e dos fundamentos expostos no Ofício exarado pela Coordenação-Geral desta Universidade Corporativa, verificada a pertinência da mencionada proposta de contratação da **Formadora Laryssa Angélica Copack Muniz**, para a realização de **aula específica** no "Curso de Planejamento, Gestão e Aplicações de Justiça Restaurativa no Âmbito da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher", no **dia 01/06/2021**, com a carga horária de **04 horas/aula**, sobre o **tema "A Justiça Restaurativa num Cenário da Contemporaneidade: Enfrentamento a Violência Doméstica, Desafios e Ações"**, submeto à apreciação da Consultoria Jurídica da Presidência.

Uma vez atestada por esta a regularidade procedimental e viabilidade do prosseguimento do feito, os autos deverão seguir para apreciação do Excelentíssimo Presidente desta Corte de Justiça, Des. Lourival Almeida Trindade.

Salvador, 17 de maio de 2021.

**Desembargador Nilson Soares Castelo Branco**  
Diretor-Geral da Universidade Corporativa do TJBA

/wabf /tsa



TJADM202118016V/01

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

**PROCESSO Nº:** TJ-ADM-2021/18016  
**INTERESSADO:** UNIVERSIDADE CORPORATIVA  
**ASSUNTO:** Curso

**PARECER**

**Parecer nº 922/2021**

**EMENTA:** CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE. "CURSO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E APLICAÇÕES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER". ART. 60, II, § 2º C/C ART. 23, VI, DA LEI 9.433/2005. POSSIBILIDADE.

São os autos encaminhado pela UNICORP, para contratação de uma instrutoria de tutor externo, da Formadora Laryssa Angélica Copack Muniz, por inexigibilidade, para "Curso de Planejamento, Gestão e Aplicações de Justiça Restaurativa no Âmbito da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher", na modalidade a distância, durante o período de 01/06/2021 a 10/06/2021, com carga horária de 24 horas/aula consoante detalhado no Plano de Curso.

A tutora ministrará a aula específica sobre o Tema "A Justiça Restaurativa num Cenário da Contemporaneidade: Enfrentamento a Violência Doméstica, Desafios e Ações", no dia 01/06/2021, conforme Plano de Capacitação elaborado pela UNICORP.

Constam nos autos:

- a declaração do ordenador da despesa;
- Termo de Referência;
- o projeto do curso com sua programação;
- Documentação pessoal e currículo;
- orçamentos e declaração da UNICORP referente a pesquisa de preço, para comprovar que está de acordo com o praticado no mercado;
- as certidões de regularidade fiscal; e



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

- relação dos fornecedores que estão impedido de contratar com o TJBA e Estado da Bahia;
- declaração de inexistência de nepotismo

A unidade demandante justifica a relevância do curso e a contratação do professor da seguinte maneira às fls. 04:

"Para ministrar a ação educativa, dentro do Plano de Capacitação, foi identificada a Formadora Dra. Laryssa Angélica Copack Muniz, indicada pelo Comitê Gestor do NJR2, por força de sua atuação profissional, e que detêm sólido e aprofundado conhecimento sobre a matéria na Plataforma Lattes e cuja experiência constata-se no breve currículo abaixo. ? A Professora Laryssa Angélica Copack Muniz, possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1996-2000); Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2002-2004). Atualmente é Juíza de Direito Titular da Primeira Vara Criminal de Ponta Grossa - Paraná (desde 2004); Juíza Coordenadora adjunta do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Ponta Grossa - CEJUSC (desde 2017). Membro da Comissão Estadual de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (desde 2014) e Membro da Comissão de Justiça Restaurativa do CNJ, que Elaborou a Minuta da Resolução n. 225/2016. Registre-se que, a partir das qualificações observadas, a Formadora/Tutora acima destacada, está habilitada para ministrar aulas na ação formativa de Justiça Restaurativa, cuja atuação profissional poderá ser ali evidenciada e comprovada."

É o relatório. Passamos à análise jurídica para a contratação através de inexigibilidade de licitação.

A Lei n.9.433/05, em seu art. 60, estabelece as hipóteses para a contratação através da inexigibilidade de licitação, seja pela ausência de pluralidade de sujeitos em condições de contratação, ou seja, pela natureza da atividade a ser contratada:

**Art. 60** - É inexigível a licitação quando caracterizada a inviabilidade de competição, em especial:

....

**II** - Para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

...



TJADM202118016V01

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

§ 2º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Prevê o artigo 23, VI, do mesmo diploma legal:

**Art. 23** - Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados aqueles que, na forma da legislação específica de exercício profissional, requerem o domínio de uma área delimitada do conhecimento humano e formação além da capacitação profissional comum, tais como:

...

**VI** - Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

A respeito do tema, assim leciona Diógenes Gasparini:

"Desse modo, a inexigibilidade da licitação é a circunstância de fato encontrada na pessoa que se quer contratar, ou com quem se quer contratar que impede o certame, a concorrência; que impossibilita o confronto das propostas para os negócios pretendidos por quem, em princípio, está obrigado a licitar, e permite a contratação direta, isto é, sem a prévia licitação. Assim, ainda que a Administração desejasse a licitação, esta seria inviável ante a absoluta ausência de concorrentes. Com efeito, onde não há disputa ou competição não há licitação. É uma particularidade da pessoa com quem se quer contratar o mérito profissional, encontrável, por exemplo, no profissional de notória especialização e no artista consagrado pela crítica especializada. É a circunstância encontrada na pessoa com quem se quer contratar a qualidade de ser proprietária do único ou de todos os bens existentes" (Direito Administrativo Brasileiro, p. 247).

Complementa Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em Contratação Direta sem Licitação. 7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008:



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

"É imperioso, contudo, que o serviço a ser contratado apresente uma singularidade que inviabilize a competição entre os diversos profissionais técnicos especializados.

A singularidade, como textualmente estabelece a lei, é do objeto do contrato; é o serviço pretendido pela Administração que é singular, e não o executor do serviço. Aliás, todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana.

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preço, de dimensões, de localidade, de cor ou forma".

Ressalva Marçal Justen Filho, que a lei não conceituou 'serviço técnico especializado', optando por fornecer um elenco de situações." Segundo o magistério de Hely Lopes Meirelles: "Serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além de habilitação técnica e profissional - exigida para os serviços técnicos profissionais em geral -, aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou de estágios de aperfeiçoamento."

Assim, não basta que a profissional seja de notória especialização. É mister que o serviço esteja compreendido dentre aqueles expressamente enumerados e, sobretudo, que seja de natureza singular. Em outro falar: é preciso a existência de serviço técnico que, por sua especificidade, demande alguém notoriamente especializado.

O serviço deve ser havido como singular, segundo Celso Antônio Bandeira de Melo, in Curso de Direito Administrativo, 5ª Edição, p.282, *in verbis*:

"[...]quando nele tem de interferir, como requisito de satisfatório atendimento da necessidade administrativa, um componente criativo de seu autor, envolvendo o estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual, artística ou a argúcia de quem o executa, atributos estes que são precisamente os que a Administração reputa convenientes e necessita para a satisfação do interesse público em causa".

Sobre a inviabilidade de competição, o indigitado TCU, sumulou:

"A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado. (Tribunal de Contas da União, SÚMULA 252/2010)",

A portaria nº 382/2018 altera a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009 e traz em seu art. 1º a seguinte redação:

Art. 1º A Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, *CAPUT* OU INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS PARA MINISTRAR CURSOS FECHADOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

O ART. 25, *CAPUT*, COMO FUNDAMENTO, IMPÕE A CONSTATAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO DE SELEÇÃO OU POR EXCLUSIVIDADE DO OBJETO PERSEGUIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE ROBUSTA INSTRUÇÃO DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, SEM PREJUÍZO DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AINDA MAIORES POR PARTE DOS ÓRGÃOS COMPETENTES.

A MOTIVAÇÃO LEGAL COM BASE NO ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE A IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E DA SINGULARIDADE DO CURSO.

INDEXAÇÃO: TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO. PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS. CURSOS FECHADOS OU INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

REFERÊNCIA: Parecer nº 97/2017/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 98/2017/DECOR/CGU/AGU; e, Despacho nº 976/2018/GAB/CGU/AGU; art. 25, *caput* inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação."



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

O Tribunal de Contas da União decidiu no Processo nº TC.928.806/1198-7. Acórdão nº 410/2001-1ª Câmara :

"Discrecionabilidade e notoriedade - relação com a singularidade

Nota: O TCU esclareceu que singular não significa necessariamente único. A singularidade de um serviço diz respeito a sua invulgaridade, especialidade ou notoriedade, quer dizer que não trata de algo comum ou corriqueiro. A reestruturação de um órgão de auditoria de uma estatal não seria serviço comum ou corriqueiro, que possa ser prestado por qualquer auditor ou profissional do ramo. A existência de outros profissionais que possam prestar o serviço não basta para a retirada da singularidade. A Lei nº 8.666/93, ao definir notória especialização, em seu art. 25, § 1º, deixou elevado grau de discrecionabilidade ao administrador, na medida que lhe confere a competência de inferir que seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. O controle deve ser no âmbito da razoabilidade, evitando interpretações flagrantemente abusivas, infundadas e até fraudulentas do permissivo legal. A não ser diante de casos em que fique flagrante e desenganadamente caracterizada interpretação abusiva do art. 25 da Lei das Licitações, deve o Tribunal respeitar a opção adotada pelo administrador. (Processo nº TC.928.806/1198-7. Acórdão nº 410/2001-1ª Câmara)".

A UNICORP, unidade ordenadora da despesa, noticia que o investimento, de R\$ 910,40 (novecentos e dez reais e quarenta centavos), o valor será atendido por meio da Unidade Orçamentária: 04.601 Unidade Gestora: 0010 - UNICORP Projeto: 5439 Elemento de Despesa: 3.3.90.36/3.3.90.47 Subelemento: 36.07/47.01 Fonte: 120 dotação orçamentária fl. 146.

Sobre o valor da contratação, deve-se atentar que o respectivo processo de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, deve conter na sua instrução a justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamento ou da consulta aos preços de mercado, consoante prescreve o inciso VIII, do § 3º, do art. 65, da Lei estadual nº 9.433/2005. O valor encontra-se justificado às fls.97/98.

É preciso distinguir a função do parecer técnico do parecer jurídico. A análise técnica da contratação justifica as características restritivas da competição, respaldando a inviabilidade da licitação. É a análise técnica que escolhe o prestador de serviço e justifica a sua escolha, dentro da margem de subjetivismo que o administrador tem para atender o interesse público.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

A análise jurídica irá indicar o preceito legal da contratação e a existência dos documentos que fundamentam os autos. No caso em tela, a documentação se encontra presente e os requisitos legais foram preenchidos.

Por fim, é preciso registrar que foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico no dia 02/04/20, o Ato Conjunto n 06 que estabelece medidas para a redução, racionalização, contingenciamento, contenção, monitoramento e controle das despesas de pessoal, custeio e investimento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia. A contratação seguirá para autorização do Presidente, às fls. 149:

"Uma vez atestada por esta a regularidade procedimental e viabilidade do prosseguimento do feito, os autos deverão seguir para apreciação do Excelentíssimo Presidente desta Corte de Justiça, Des. Lourival Almeida Trindade. "

Pelo exposto, o pronunciamento é pela possibilidade de contratação da tutora, Laryssa Angélica Copack Muniz, para A para "Curso de Planejamento, Gestão e Aplicações de Justiça Restaurativa no Âmbito da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher", na modalidade a distância, durante o período de 01/06/2021 a 10/06/2021, com carga horária de 24 horas/aula consoante detalhado no Plano de Curso.

A professora ministrará a aula com o tema "A Justiça Restaurativa num Cenário da Contemporaneidade: Enfrentamento a Violência Doméstica, Desafios e Ações", no dia 01/06/2021. A contratação ocorre com fulcro no art. 60, inciso II, c/c art. 23, inciso VII, da Lei Estadual nº 9.433/05, devendo ser ratificada pela autoridade competente e publicada na imprensa oficial, condição indispensável à sua eficácia, como preleciona o art. 65, do referido diploma legal. Encaminho o termo de inexigibilidade nº 19/21.

É o parecer, s.m.j.

**Laís Borba Moreira**

**Cadastro 968.599-5**

**ATO ORDINATÓRIO**

Acolho o entendimento vazado no Parecer nº 922/2021 por seus fundamentos fáticos e jurídicos. Encaminho o termo de inexigibilidade nº 19/2021.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

Encaminhem-se os autos à UNICORP, para os fins sugeridos no aludido parecer.

Em 24/05/2021

**CRISTIANO ALMEIDA ARAUJO**  
**CHEFE DA CONSULTORIA DA PRESIDÊNCIA**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PRESIDÊNCIA**

5ª Av do CAB. nº 560, 3º andar, sala 303/Sul, Edif. Sede do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador - BA.  
CEP.:41.746-900 Telefone : (071) 3372-5188

Processo nº: TJ-ADM-2021/18016

**Assunto: Curso de Planejamento, Gestão e Aplicações de Justiça Restaurativa no Âmbito da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Contratação da Tutora Dra. Laryssa Angélica Copack Muniz.**

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Investido da competência disposta no artigo 84, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à vista do que consta neste **Processo Administrativo TJ-ADM-2021/18016**, notadamente do Despacho do Diretor-Geral da UNICORP e MASB, Desembargador Nilson Castelo Branco (fls. 148/149), que acolhe a manifestação da Coordenação-Geral da UNICORP e MASB (fls. 02/08), retro constantes, passo a examinar o pedido.

Considerando a relevância da capacitação a ser ofertada por meio do **Curso de Planejamento, Gestão e Aplicações de Justiça Restaurativa no Âmbito da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**, na modalidade a distância, amparado em parecer favorável da Consultoria Jurídica desta Presidência (fls. 150/157), manifesto concordância com a contratação da **Tutora Dra. Laryssa Angélica Copack Muniz**, na forma da Lei Estadual n. 9.433/2005, com valores estipulados na Lei Estadual n. 14.040/2018, regulada pela Resolução TJBA n. 06/2018, para ministrar aula no dia **01/06/2021, com duração de 04 horas/aula, sobre o tema “A Justiça Restaurativa num cenário da contemporaneidade: enfrentando a violência doméstica; desafios e ações”**.

Salvador, 26 de maio de 2021.

  
**Desembargador LOURIVAL DE ALMEIDA TRINDADE**  
Presidente

/wabf /tsa

